

LEI N.º 4.850, DE 11/12/2025.

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ABONO E DE VALOR ADICIONAL DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS, ESTAGIÁRIOS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica concedido um abono no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em parcela única, não incorporável à remuneração ou aos proventos a qualquer título, aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal ativos, efetivos, comissionados, cedidos e contratados.

§ 1º O abono a que se refere o *caput* deste artigo fica estendido aos estagiários do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º Os servidores públicos descritos no *caput* do art. 1º desta Lei, ainda que possuam mais de um vínculo com a Administração Pública Municipal, farão jus à percepção de um único abono.

§ 3º Os servidores cedidos de outros entes ou órgãos públicos para o Poder Legislativo Municipal deverão optar pela remuneração concedida pelo cedente ou pelo cessionário, no caso em que ambas administrações públicas concederem o benefício do abono, sob pena de ter que devolver a quantia percebida pelo Poder Legislativo caso o servidor deixe de informar aos entes conveniados a sua opção.

Art. 2º O abono será pago no mês de dezembro de 2025 e não integrará os vencimentos para efeitos de concessão de vantagens pessoais e fixação de proventos.

Art. 3º Fica autorizado o pagamento de valor adicional de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), em parcela única, a ser acrescido no valor do auxílio-alimentação do mês de dezembro de 2025, aos servidores públicos e aos agentes políticos do Poder Legislativo Municipal, ativos, efetivos, comissionados, cedidos e contratados.

Art. 4º O acréscimo previsto no art. 3º não se incorporará à remuneração, não constituirá base de cálculo para benefícios, não configurará habitualidade e não gerará direito subjetivo ou expectativa de repetição em exercícios futuros.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal, que serão suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 11 de dezembro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal